

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 2 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE ABRIL DE DOIS MIL E NOVE

-----Aos vinte e quatro dias do mês de Abril de dois mil e nove, pelas vinte horas quinze minutos, no Edifício da Assembleia Municipal, sito no Solar dos Gorjões, no Largo de S. João Baptista, em Porto de Mós, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----**1. Apreciação do Inventário de todos os Bens, Direitos Patrimoniais e Respectiva Avaliação, Bem como Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas relativamente ao ano 2008;**-----

-----**2. Modificações Orçamentais: 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2009;**-----

-----**3. Modificações Orçamentais: 2ª Revisão ao Orçamento de 2009;**-----

-----**4. 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal;**-----

-----**5. Pedido de Declaração de Interesse Público Municipal do Projecto de Ampliação da Pedreira nº 4031, denominada “Penedo Grande nº 3”;**-----

-----**6. Pedido Declaração Interesse Público para Instalação de Infra –estruturas de suporte de estação de radiocomunicações denominada BTS de Juncal (02.BL.022) no lugar de Eiras Novas, Freguesia do Juncal;**-----

-----**7. Estatuto da Oposição – Relatório de Avaliação do Grau de Observância (Artigo 10 da Lei nº 24/98, de 26 de Maio);**-----

-----**8. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**-----

-----**1 – ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – CHAMADA:**-----

-----Faltaram à sessão, os seguintes membros: Arlindo Manuel Cordeiro Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Mendiga/Falta Justificada – PSD); Gisela Rute Rosa Ferreira (Falta Injustificada – PS) e Jorge Manuecl dos Santos Pereira (Pedi a suspensão do mandato por 30 dias).-----

-----Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, os senhores Vereadores Albino Pereira Januário, Rui Augusto Marques Silva Pereira Neves e Jorge Manuel Vieira Cardoso, e a Chefe de Divisão Neuza Morins.-----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 1 do artigo 52º – A, da Lei 169/99 de 18 de Setembro com a redacção que lhe foi conferida pela Lei nº 5 –A /2002 de 11 de Janeiro, encontrava-se a Assistente Técnica Maria Fernanda Pinguicha Toureiro.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento à Assembleia que foram consideradas justificadas pela mesa as faltas à presente sessão dadas pelos membros acima referidos face à justificação escrita e/ou oral, que estes apresentaram dentro do prazo regimental, referindo ainda que **Arlindo Manuel Cordeiro Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Mendiga) seria substituído pela senhora Paula Sofia Henriques Cordeiro (Secretária da mesma)**. Face ao pedido de suspensão do mandato pelo período de trinta dias, pelo 2º Secretário da Mesa da Assembleia, o senhor Presidente chamou para o substituir, o membro eleito pelo PSD, **José António Sousa Calado**.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----2. LEITURA DO EXPEDIENTE:-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia fez a leitura resumida do expediente recebido desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, que terminando, disse que a documentação se encontrava arquivada nos serviços administrativos da Assembleia e disponível para consulta.-----

-----3. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:-----

-----Foi posta a discussão a acta da sessão anterior, e não tendo havido pedidos de intervenção, foi submetida a votação, tendo sido **aprovada por maioria, com duas abstenções**.-----

-----4. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----**José Gabriel Pires Vala (Presidente da Junta de Freguesia de S. João Baptista – PSD):**-----

-----Começou por falar acerca do papel das freguesias na vida dos munícipes e a sua interligação com a autarquia, referindo as freguesias como espaço relevante no ordenamento do território salientando a mais valia da sua intervenção junto das populações locais, assumindo-se cada vez mais como uma peça fundamental na vida dos cidadãos. Pela sua participação cívica, pela sua proximidade e sua forte ligação com as populações, o respeito que se deve ter para com os munícipes é a razão bastante para lhe ser dedicada toda a atenção, atendendo os seus pedidos e reclamações pois todos foram eleitos para zelar pelo bem estar das pessoas e melhorar a sua qualidade de vida, não devendo apenas aparecer em vésperas de eleições. Acrescentou depois que, quase a terminar o mandato, este executivo não percebeu muito bem qual o papel e a importância que as freguesias têm no desenvolvimento do concelho e porque fazem parte da sua construção, é necessária uma maior partilha, um trabalho conjunto, um olhar diferente para estes parceiros, estabelecendo melhores protocolos e delegando mais competências, porque as freguesias conhecem melhor as realidades locais. Disse ainda que deveria haver uma maior justiça entre as freguesias e não perseguir ou discriminar e não virar as pessoas contra as Juntas. Apelando à seriedade, disse saber das dificuldades de execução de determinadas obras não podendo ser as Juntas de Freguesia o bode expiatório dessas impossibilidades. Disse depois, estar-se a horas das comemorações da Revolução que mudou o País, tendo as pessoas conquistado o seu espaço de liberdade e democracia. Vivendo-se hoje muito desânimo e carência social e quando sérias dificuldades atingem as famílias ameaçadas pelo desemprego, tudo quanto se fizer nesta área será insuficiente realçando o papel que tanto o município como as freguesias devem ter nestes aspectos, com a participação da sociedade civil. Fez depois menção à iniciativa que está neste momento a ter lugar na Ecoteca, com a realização de uma conferência para debate deste assunto e criação de um espaço social vocacionado para o auxílio aos mais carenciados deste concelho.-----

-----Fez depois, ainda uma breve referencia à construção da Casa Velório de Porto de Mós, dizendo que teve conhecimento do projecto através da revista publicada pela Câmara Municipal lembrando que aquando da reunião para a definição do local, foi referido pelo senhor Padre Isidro, que aceitaria o local proposto na condição de ali ser construída uma capela para celebrar a missa, perguntando se efectivamente isso irá acontecer ou se existe outra sugestão.-----

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Referindo-se aos tempos de crise que se atravessam disse querer apresentar um projecto que lhe parece importante para o concelho de Porto de Mós, e que pode ser encarado num plano estratégico municipal e talvez acompanhado por uma comissão mista de membros da Assembleia com elementos da Câmara Municipal, no sentido de essa comissão acompanhar não só este, mas outro tipo de projectos que o concelho ache pertinente para o seu desenvolvimento. Este projecto situa-se na freguesia de Alvados e consiste numa Quinta Ambiental e recuperação da antiga reserva de burros, com a consequente promoção do turismo e do concelho.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP):**-----

-----Usando da palavra, elogiou o projecto apresentado dizendo ter o mesmo evidentes benefícios para o concelho e para a freguesia de Alvados. Referiu depois a intenção de se abrir uma loja social no espaço da CERCILEI, dizendo que tudo isto são factores fundamentais para minimizar um pouco a crise que o mundo está a atravessar. Voltou a referir-se à Fonte do Castelo e à situação de degradação em que a mesma se encontra, voltando a pedir ali, uma rápida intervenção, dizendo que aquela merece no mínimo ser limpa, prometendo que até ao fim deste mandato irá continuar a falar sempre na Fonte do Castelo. Referiu depois a necessidade de se colocarem passadeiras, junto à Garrafeira Condestável em S. Jorge. Referindo-se depois ao parque infantil, disse que este precisa também de uma grande intervenção aventando a hipótese de se construir um outro parque infantil, porque isso também significa qualidade de vida e o que se verifica é que os pais se deslocam para a Batalha com os seus filhos porque este parque não tem quaisquer condições.-----

-----Referiu-se depois à entrada da vila onde se criou um parque de contentores, sublinhando a inestética da situação.-----

-----Fez depois menção às pedreiras, apelando à intervenção do município pois aquela actividade está a entrar numa enorme crise.-----

-----**Luis Manuel Coelho de Almeida (PSD):**-----

-----Disse querer perguntar em que situação se encontra o PDM, porque das verbas que estavam previstas gastar com este Plano (€ 52 450), só foram gastas € 7 562, pelo que a questão é saber se o PDM está outra vez parado. Ainda em relação ao PDM, disse que as pessoas partem do principio, que, quando este for revisto, já se vai poder construir em todo o lado, pelo que, disse pensar, que a Câmara deve ter aqui uma acção pedagógica, esclarecendo, em conjunto com as Juntas de Freguesia, as populações, de modo a que, quando a revisão entrar em vigor, as pessoas não digam que foram enganadas.-----

-----**José António Sousa Calado (P.S.D.):**-----

-----Disse querer falar aqui hoje de uma coisa que há trinta e cinco anos estava a ser preparada e que mudou radicalmente este País – A Revolução de Abril - tanto mais que a autonomia do poder local foi conquistada por Abril, dizendo querer enaltecer, na pessoa do falecido Salgueiro Maia, todos aqueles homens que conseguiram conquistar a liberdade para este país.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Referindo-se à Zona Industrial de Porto de Mós, questionou o senhor Presidente da Câmara sobre a instalação de empresas naquele espaço e também, como é que isso se traduz na criação de emprego.-----

-----Fez depois menção ao regulamento do Parque Industrial, dizendo que o mesmo não é cumprido em vários aspectos, passando a exemplificar com a passagem dos lotes, e com o tempo necessário para construir acrescentando que isso desacredita aquele espaço.-----

-----Passou depois a referir-se à crise que as pedreiras atravessam, dizendo ser essencial que a Câmara pense num pacote social de intervenção porque as medidas avulsas e não concertadas, não são suficientes.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Referiu-se ao potencial turístico que existe no concelho e que se continua a não saber aproveitar.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Para além do turismo de natureza, referiu-se depois ao Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, que embora não seja uma obra da Câmara se situa neste concelho e poderia constituir uma alavanca no sentido do desenvolvimento dessa actividade, perguntando o que é que o executivo tem feito para fazer sentir que esta é uma obra de Porto de Mós, porque as pessoas continuam a associá-la à Batalha, acrescentando que, no entanto, como consta do ultimo Boletim Municipal, a Câmara deve estar a apostar de uma vez por todas na promoção daquela infra-estrutura turística. Lembrou depois quanto à construção do hotel em Porto de Mós a situação da garantia bancária que segundo se lembra, terminaria em Janeiro, perguntando qual a situação neste momento e se as garantias da Câmara continuam salvaguardadas. -----

-----Chamou ainda a atenção de outra situação que disse reconhecer tem sido uma preocupação do executivo, e que tem sido o saneamento básico. Neste contexto disse ter lido num jornal que se está outra vez com um problema de anulação de um concurso, perguntando se se têm apurado responsabilidades e quem é que tem de responder por isso.-----

-----O senhor **Presidente da Câmara** passou a responder aos anteriores intervenientes, começando por dizer que a intervenção de **Gabriel Vala** é meramente política, não lhe merecendo grandes considerações, acrescentando, no entanto que, este errou logo na sua primeira consideração porque o ordenamento do território é da responsabilidade dos municípios e não das freguesias, mas que dentro do espírito de boa colaboração institucional, o que tem vindo a ser feito, a Câmara dialoga com as respectivas Juntas de Freguesia, sendo a decisão final da competência e responsabilidade da Câmara Municipal. Fez depois menção ao facto de as próprias Câmaras estarem limitadas em termos da gestão e ordenamento do território, dado que existem zonas que estão condicionadas aos pareceres do Parque Natural, da REN, da RAN, do IGESPAR e outros, e em que a Câmara Municipal não pode actuar autonomamente. -----

-----Referiu depois as palavras de **Gabriel Vala** referentes a perseguições e discriminações relativamente às Juntas de Freguesia, dizendo que ao longo deste tempo se orgulha de nunca ter tido este tipo de comportamentos, sempre recebendo os senhores Presidentes de Junta quando eles o solicitam. -----

-----Quanto à questão dos apoios sociais, de que muito se fala, referiu um Fórum que se realizou na Câmara da Batalha, promovido pelo semanário Região de Leiria, e em que alguns jornalistas lhe terão referido que a Câmara de Porto de Mós é das Câmaras que mais apoios dá em termos sociais, mas que é das que menos os divulga, passando a perguntar qual das Câmaras do distrito paga quinhentas refeições diariamente a crianças carenciadas, bem como transportes e livros. Ainda nesta área das medidas sociais, perguntou qual a Câmara que tem zonas industriais com os preços dos lotes ao preço que Porto de Mós tem e com a qualidade de que a mesma se reveste, com vista à dinamização económica do concelho.-----

-----A **António José Teixeira**, referiu que o projecto que este apresentou é um projecto interessante e que tem vindo a ser apoiado pela Câmara colaborando com a entidade promotora e conseguindo desbloquear algumas situações que dificultavam a sua aprovação. -----

-----Respondendo a **Antonieta Mariano**, o senhor Presidente da Câmara, afirmou que antes de ir embora, prometia arranjar a Fonte do Castelo, mas que não se podia chegar a todo o lado ao mesmo tempo. Quanto às passeiras junto da Garrafeira Condestável, disse que iria tomar nota embora isso tenha que ter parecer das Estradas de Portugal, por se tratar de uma estrada nacional. -----

-----Relativamente ao parque infantil, disse que tinha razão e que era uma das coisas onde a autarquia gastava mais dinheiro em termos de reparações, porque os frequentadores habituais daquele espaço são crianças com mais de doze anos sendo que, a estrutura não é adequada para aquelas idades. -----

-----Quanto à construção de outro parque infantil, referiu que a obra do Parque Verde que vai agora para concurso, prevê um excelente Parque Infantil. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Quanto às pedreiras, manifestou a preocupação do executivo perante a situação que a actividade atravessa por ser de vital importância económica para o concelho. -----

-----A **Luís Almeida** disse que o PDM não esteve parado mas como entretanto surgiu o PROT (Plano Regional de Ordenamento do Território) e como o PDM tem de encaixar neste, a sua demora deve-se a esse facto. Acrescentou ainda que os PROT devem fornecer um quadro de referência estratégica de longo prazo que permita aos municípios estabelecerem as suas opções de desenvolvimento e definirem regras de gestão territorial compatíveis com o modelo consagrado para a Região. Neste sentido, os novos PDM cuja revisão já está iniciada ou mesmo concluída terão que se adequar às orientações do PROT logo que elas sejam formuladas. -----

-----Referiu ainda que já foram enviadas para desafecção cerca de 321 manchas de REN e cerca de 380 de RAN o que prova que não tem estado parado, tendo que ser agora negociado mancha a mancha com as respectivas entidades.-----

-----Chamou depois a atenção para o facto de não ser porque o PDM está aprovado que se pode construir em todo o lado.-----

-----Referiu-se depois à intervenção de **José António Sousa Calado**, que considerou extremamente oportuna, no que diz respeito ao 25 de Abril e passando a fazer uma breve síntese das suas vivências relativas àquele dia, terminando por dizer que comunga das palavras que aqui foram proferidas por este membro da Assembleia Municipal. -----

-----A **Carlos Venda**, disse que a zona industrial está a criar bastantes empregos com a instalação de novas empresas naquele espaço. Quanto à passagem dos lotes, disse que as coisas não se processam como este interveniente aqui referiu, dizendo que, tanto quanto se lembra, houve até hoje, três passagens de lotes, sendo duas efectuadas no anterior mandato e do seu ponto de vista bem, porque permitiu a viabilização das empresas em causa, e outra durante este mandato porque a empresa faliu e o empresário teve de vender. Salientou que esta é uma situação que pode vir a acontecer mas que não existe efectivamente transacções de lotes como aqui se pretendeu dizer. -----

-----Referiu depois que a Câmara Municipal de Porto de Mós, no âmbito da AMAE, aderiu ao microcrédito passando a haver pontualmente alguns apoios, de acordo com aquilo que a Caixa Agrícola de Porto de Mós também aderiu, criando e possibilitando alguns apoios para pequenas empresas ou para alguém em nome individual. -----

-----Quanto a **António Pires**, disse que a Câmara não tem guerra nenhuma com a Fundação da Batalha de Aljubarrota, porque se alguém apoiou aquela obra foi a Câmara através de isenções e licenciamento, salientando que o que havia era um diferendo entre aquilo que a Fundação queria para S. Jorge e aquilo que a Câmara entendia que era razoável. Referiu que esse assunto está ultrapassado tendo já seguido para o IGESPAR a 1ª fase do processo relativamente ao Plano de Pormenor de Salvaguarda de S. Jorge. Terminou salientando que, no entanto, a missão da Câmara tanto como da Junta de Freguesia é a defesa dos interesses das populações naquela zona, sempre dentro do espírito de colaboração. -----

-----No que se refere ao hotel, disse que a garantia bancária termina em Setembro de 2009, continuando a obra a andar.-----

-----Quanto ao saneamento de Mira de Aire, disse que muito se tem escrito sobre esta matéria mas que entende que o passo que foi dado era o único possível, porque anulando o concurso, perdeu-se um mês. Não o anulando poderiam perder-se sete ou oito meses, e com isso perder financiamentos que estão previstos para aquela obra. Referindo-se ao Código dos Contratos Públicos, disse que este veio facilitar algumas matérias, mas noutras veio complicar não havendo ainda doutrina acerca do mesmo e sendo alguns artigos sobre os procedimentos, passíveis de várias interpretações. Passou depois a referir que neste caso em concreto o concurso foi anulado porque não havia sido feito o estudo geotécnico, que segundo algumas interpretações não seria essencial

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para que fosse visado pelo Tribunal de Contas mas noutras constituiria um requisito essencial de validade do concurso, pelo que se optou por não arriscar e anular o concurso, realizar o referido estudo e depois sim, abrir novo concurso já com todos os requisitos preenchidos. -----

-----**PERIODO DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. *Apreciação do Inventário de todos os Bens, Direitos Patrimoniais e Respectiva Avaliação, Bem como Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas relativamente ao ano 2008:***-----

-----Entrando na ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que depois de tecer algumas considerações sobre o documento em apreço, cedeu a palavra ao senhor Vice-Presidente em virtude de ser ele o responsável pelo Pelouro de Economia e Finanças.-----

-----O senhor Vice Presidente, no uso da palavra, começou por dizer que o ultimo exercício ficou marcado por quatro ou cinco pontos que considerou significativos, nomeadamente no que se refere ao montante dos investimentos realizados, tendo crescido muito em relação aos exercícios anteriores. Referindo-se depois ao QREN, disse que este será determinante para o desenvolvimento do concelho ao nível das infra-estruturas influenciando as tabelas estatísticas e todos os indicadores de desenvolvimento na área do município. Fez ainda menção à subida das despesas de carácter social, Referiu depois a subida algo anormal da dívida de curto prazo, passando a explicar as razões de ser de tal acontecer. Mencionou depois a quebra de receita que se revela preocupante, por se tratar de uma receita que é originada por impostos directos e indirectos. Disse ainda que se não tivesse havido lugar à cobrança de derrama, do valor de 258 mil euros, se estaria agora em presença de uma prestação de contas que expressava uma quebra, de cerca de 350 mil euros, o que era, num só exercício para os responsáveis pela gestão nesta área uma preocupação acrescida.-----

-----Continuou depois o senhor Vice-Presidente a dar uma perspectiva genérica do documento em análise.-----

-----Terminou dizendo que os resultados desta apresentação de contas estão expressos em texto e números revelando-se merecedores de uma apreciação positiva por parte desta Assembleia.-----

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Referindo-se concretamente à página 27 do documento em análise, disse que têm que se olhar os números, porque olhar só os gráficos, pode induzir em erro.-----

-----Pegando nos números, disse que, comparando o que foi orçamentado com o que tem sido realizado, se pode ver, indo a 2004, que houve uma execução orçamental de 71,8% enquanto que em 2008, igualmente o ano anterior às eleições, houve uma execução orçamental de 63%, referindo que nestes três últimos anos de mandato houve em média uma execução orçamental de 71%. Fazendo depois menção a outra preocupação que o senhor Vice-Presidente referiu, e que foi a preocupação em aumentar o investimento e diminuir as despesas, disse que a despesa de capital em 2004 foi de 31%, e que em 2006, foi de 31%, em 2007 30% e em 2008 36%, o que significa uma média nos três anos de 32% de despesa de capital e uma média de 67% de despesas correntes. Referindo-se depois ao aumento do activo, disse que houve aqui, dos quarenta e três milhões de euros de receita durante os três anos de mandato, foram apenas catorze milhões para capital. Comparando depois o balanço, referiu as palavras do senhor Vice-Presidente de que o passivo não era este por causa dos proveitos diferidos, disse que em termos de percentagem, em relação a 2004, o passivo teve um aumento de 32% e em relação a 2005, teve um aumento de 13%. Assim concluiu dizendo que, para quem aqui chegou em 2005 dizendo que a Câmara estava falida e que era uma situação desastrosa, verificou-se que em 2004 a dívida era de três milhões e quatrocentos e agora é de três milhões e setecentos, e ainda em relação a 2004, a dívida de curto prazo aumentou 99%, em relação a 2005, aumentou 9,27%.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Terminou dizendo que estas contas não irão ter o seu voto favorável.-----

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP):**-----

-----Usando da palavra, referiu que, olhando estas contas de forma leiga, verificou que os investimentos aumentaram de forma percentual, na ordem dos 19,8% em relação a 2007, parecendo-lhe ser uma coisa boa. A nível do QREN, disse que nessa situação, ou se faziam agora essas candidaturas em nunca mais valia a pena pensar nisso. Quanto às despesas de carácter social terem subido, também isso é uma coisa boa, atendendo à situação de crise que o país atravessa, pois isso significa mais apoios para os mais carenciados. Referiu-se ainda à necessidade da existência de uma nutricionista para supervisionar as refeições das escolas, porque engenheira alimentar não é nutricionista, pois analisa a parte química dos alimentos, sendo pois coisas diferentes.-----

-----Relativamente à zona industrial de Porto de Mós, considera-a muito boa, aproveitando para dizer ao senhor Presidente da Câmara, que na semana passada esteve aqui em Porto de Mós um engenheiro que é administrador geral de uma grande empresa que apresenta resultados neste país, que visitando a nossa zona industrial a considerou de suprema categoria.-----

-----Quanto à capacidade de endividamento do município, sendo que é igual à de 2005 e que se fez mais investimento, disse nada ter a opor, terminando por dizer que iria votar a favor.-----

-----**Vítor Louro Cordeiro (PS):**-----

-----Disse que embora sendo leigo na matéria, acha que lendo as primeiras páginas do relatório, toda a gente pode ficar com uma ideia com o que se passa com as contas deste executivo.-----

-----Disse depois que ficou particularmente satisfeito por verificar que o investimento está a subir, fazendo referencia às obras que a Câmara está a levar a efeito, e que participadas, ainda não entrou nos cofres da Câmara essa participação o que eventualmente poderá provocar um aparente desequilíbrio.-----

-----Disse ainda que andou um bocado preocupado com os profetas da desgraça que foram tecendo considerações algo depreciativas em relação ao desempenho da Câmara em relação aos números e que falavam de empréstimos e de hipotecar o futuro. Pois analisando as contas que o executivo agora apresenta, verifica com satisfação que em termos percentuais se está menos endividado do que já se esteve e dizendo que irá votar a favor desta prestação de contas.-----

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD)**-----

-----Disse querer aqui comparar aquilo que o executivo faz em relação ao Orçamento e depois com o que na realidade acontece. Disse depois que as despesas correntes orçamentadas ao longo destes três anos, foram de 55,13% e as reais foram de 67,39%, o que significa que houve um desvio para mais, tendo-se a Câmara enganado em 22,24%, tendo sido por essa razão que tem vindo a dizer, aquando da aprovação dos Orçamentos, que para além destes estarem empolados, não são exequíveis. Continuou dizendo que ainda para este ano o executivo fez um Orçamento com despesas correntes de 49%, quando se sabe à partida, que as despesas correntes irão cair na casa dos 67% o que vem ao encontro daquilo que tem vindo a dizer ao logo destes três últimos anos. Disse ainda que o executivo está satisfeito porque as despesas correntes baixaram 5,93% de 2007 para 2008. Chamou depois a atenção para o facto de o executivo sempre ter dito que o grande problema das despesas correntes tem sido devido a algumas rubricas, que são as quem maior peso (SUMA, EDP, Valorlis...) constatando-se que houve uma quebra de 12,58% de 2007, relativamente a 2008, no que se refere a estas despesas, pelo que aquela baixa não deve ser motivo de grande contentamento, pois significa que as outras despesas correntes aumentaram.-----

-----Referiu-se ainda ao facto de o senhor Vice Presidente ter dito que nas contas, o passivo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aparece com acréscimos e diferimentos, mas que por outro lado, não disse que do lado dos custos não aparecem os custos diferidos que são principalmente os custos com o pessoal, pelo que o balanço ainda está a favor do executivo. Quanto à evolução da dívida, disse que se verificou um aumento do passivo de 28,4%. A autonomia financeira da Câmara baixou 3,74%. O endividamento é actualmente de seis milhões seiscentos e sessenta e cinco mil euros, quando em 2005, era de cinco milhões e oitocentos mil euros. À satisfação do senhor Vice Presidente com o aumento de investimento, respondeu que, se aumentou o passivo em 28,4%, tem que haver, obviamente mais investimento. Quanto às dívidas de médio e longo prazo, disse que aqui se imputa a culpa a outros, dizendo-se que estas estão directamente relacionadas com as obras de 2005. Continuando, disse que é sabido que foi autorizado um financiamento de seiscentos mil euros para financiar estas dívidas, perguntando o que é que já foi pago e qual o valor que já foi utilizado desse financiamento.

----- Quanto às dívidas a fornecedores, disse que o senhor Vice-Presidente voltou a falar da influencia das obras de 2005, sobre estas, perguntando ao executivo, em que parte das contas estas se inserem, se na parte do endividamento de médio ou longo prazo ou na parte dos fornecedores.

----- Quanto ao grau de endividamento disse que havia alguma disponibilidade por parte do Município, mas há que pensar que endividarmo-nos, temos de ter capacidade para o pagar e o que se constata é que os custos financeiros de 2007 para 2008, aumentaram 39,8% devido aos empréstimos que foram contraídos e que nesta altura já correspondem a cerca de 20% da receita do município, constituindo já motivo de preocupação.

----- Quanto ao prazo médio de pagamento, referiu que do prazo médio de 35 dias se passou para os 83 dias fazendo depois o paralelismo entre o ano de 2004 e o ano de 2008, por se tratarem ambos de anos que antecedem eleições.

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio pedindo a **Luís Almeida** que terminasse a sua intervenção dado que a mesma já tinha excedido o tempo que lhe havia sido destinado.

----- **António Pereira Carvalho (PS):**

----- Interveio dizendo que já se falou aqui muito em números e que desde a primeira vez que entrou nestas assembleias a capacidade de intervenção dos presentes melhorou muito, porque a grande parte das coisas que aqui foram ditas lhe parecem correctas do ponto de vista técnico.

----- Salientou depois o facto de a zona industrial estar a contribuir para a diversificação da industria em termos do Município considerando isso fundamental, porque quando alguns dos sectores entram em crise possam outros aguentar a dinâmica da economia.

----- Referiu-se depois à crise que se está a atravessar, dizendo que na anterior sessão teve ocasião de pedir ao executivo que canalizasse meios para tentar resolver algumas situações que lhe parecessem mais dramáticas, constatando agora que essa é uma situação que não está a ser descurada por parte do executivo.

----- No que se refere a números disse ter verificado que o número de efectivos na Câmara tem baixado, e em termos de valores a despesa terá diminuído em cerca de quarenta a cinquenta mil euros.

----- Terminou dizendo que fica muito mais agradado ouvindo dizer que se gastou um milhão em apoios a famílias do que ouvir dizer que houve esse milhão de lucro.

----- **Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**

----- Dirigindo-se ao executivo recordou que disse, aquando da aprovação do Orçamento, que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

era impossível de cumprir e que o desvio iria ser substancial, tendo sido isso que aconteceu, havendo cerca de nove milhões de euros de desvio. No que se refere à acção social, perguntou quanto é que a Câmara despendeu efectivamente, durante o ano de 2008, para acção social. -----

-----Continuando, disse depois, relativamente às contas, que catorze milhões de euros foram gastos em despesas de capital nestes três anos de mandato perguntando se existe algum caminho em termos de concelho, no que se refere a saneamento básico, cultura, pólos educativos, entre outros, dizendo que não existe e que foram gastos catorze milhões de euros em obras avulsas, não se investindo no futuro.-----

-----O senhor Vice-presidente passou a responder aos anteriores intervenientes dizendo que responderia a **António Pires** e **Luís Almeida** conjuntamente, dado que os temas abordados são comuns. Dirigindo-se a António Pires disse que a este o que interessa é a forma e não o conteúdo, ao contrário do que se passa com ele próprio, que privilegia o conteúdo em detrimento da forma. Quanto ao pessoal, referiu que quando este executivo tomou posse, constatou que existia gente a mais, tendo havido a coragem de anular processos de concurso que estavam a decorrer, para a entrada no quadro da Câmara, havendo hoje, cerca de 40 funcionários a menos do que seria previsível. Referiu depois a situação que se verificava em 2005, em que a despesa corrente significava 73% da despesa total. Continuou dizendo que, sendo certo que a Câmara tem cerca de 14 milhões e meio de euros de receita e se se utilizar 73% em despesas de pessoal, então não haverá dinheiro para estradas, para educação e outros.-----

-----Referiu ainda, que nunca disse em 2005 que a Câmara estava falida, mas sim que teria que haver coragem para reestruturar a dívida e que o problema era de tesouraria, de dívida de curto prazo que teria que ser convertida em dívida de médio e longo prazo o que efectivamente foi feito e que agora se está a distorcer um pouco dado que a Casa da Cultura de Mira de Aire avançou sem garantia de fonte de financiamento no tempo e o empréstimo que devia cá estar no final do ano e não estava, para não falar dos pagamentos do QREN, factores alheios às estimativas que foram feitas aquando da elaboração dos orçamentos, razões que fizeram com que a dívida de curto prazo tivesse subido para valores não desejados. -----

-----Terminou dizendo que não há que ter medo do endividamento, desde que ele seja feito para criar infra-estruturas para o desenvolvimento do concelho.-----

-----Quanto a **Luís Almeida**, quando este falou do aumento de 28% do passivo, disse que não respondia, porque isso não consta em lado nenhum. -----

-----Referiu ainda que foi feito mais investimento do que aquele que está aqui mencionado, pelo que gostaria que o POCAL previsse a aplicação do princípio da especialização de exercício. --

-----Não havendo pois pedidos de intervenções foi o **ponto 1** da ordem de trabalhos - **Apreciação do Inventário de todos os Bens, Direitos Patrimoniais e Respectiva Avaliação**, bem como o **ponto 2. Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas relativamente ao ano 2008**, postos a votação separadamente e ambos **aprovados por maioria, com dez abstenções**. -----

-----**2. Modificações Orçamentais: 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2009 e 3. Modificações Orçamentais: 2ª Revisão ao Orçamento de 2009:**-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, sugeriu a discussão dos dois pontos supra, conjuntamente, tendo o senhor Presidente da Câmara concordado passando a explicar a razão de ser das presentes revisões e que se prendem com o protocolo efectuado com Ministério da Educação para receber todo o pessoal não docente do concelho de Porto de Mós. Quando foi feito o Plano de Actividades e o Orçamento não se sabia quais os valores que iriam estar em causa. Assim e para se poder fazer o pagamento a esse pessoal através dos cofres da Câmara tem que se dar entrada à verba transferida pelo Ministério da Educação o que só é possível se isso estiver cabimentado em termos orçamentais.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Para além desta razão invocou ainda a verba que lá está consignada para a remodelação do Quartel da GNR de Porto de Mós, dado que se poderá vir a receber aqui em Porto de Mos, se para isso houver condições físicas, um grande quartel da GNR para esta região, atendendo à localização geo-estratégica do concelho, pelo que, disse, o compromisso que foi assumido, foi da execução do projecto de ampliação e de remodelação do quartel existente. -----

-----Referiu-se ainda às obras da ponte de S. Pedro, cujas propostas foram abertas dia 20 de Março, e que está em fase de adjudicação, e em que a Câmara assumiu um compromisso com as Estradas de Portugal e que é suportar os custos que tem a ver com equipamento, iluminação, calçada, e outros. Dado que esse valor que está protocolado com as E.P. é de duzentos mil euros e no Plano não está como transferência, tem que ser alterada a rubrica. Esse montante será assim transferido para as E.P., uma vez que esta entidade avançou com a obra na sua totalidade, sendo ela a dona da obra, pelo que interessa agora ficar com essa rubrica aberta para esse efeito.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Dirigindo-se ao senhor Vice-Presidente disse, para que não subsistam dúvidas, que aquilo que se está a fazer na zona da serra é um grande erro, porque hoje era sempre de fazer um centro educativo que servisse as freguesias de Arrimal, Mendiga, Serro Ventoso e S. Bento, utilizando o que vai ser gasto nessas escolas como capital próprio e concorrer para o Centro Educativo, como outros estão a fazer.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder dizendo que o erro começou com o próprio interveniente uma vez que foi ele que deu início a essa forma de actuação com a construção do Centro Médico de Serro Ventoso, porque aí sim faria sentido a construção de um Centro que servisse todas as freguesias serranas.-----

-----Passou depois a contrapor com as desvantagens que a construção de um pólo escolar representaria para as crianças dos lugares mais remotos dessa zona serrana, nomeadamente em termos de horários. Terminou dizendo que a estratégia do executivo é fazer uma boa escola em cada sede de freguesia.-----

-----Tendo dado a palavra ao senhor Vice-Presidente, este reforçou aquilo que foi dito pelo senhor Presidente relativamente ao Centro de Saúde de Serro Ventoso, que bem poderia servir quatro freguesias servindo assim apenas uma. -----

-----Não havendo mais intervenções foram os presentes pontos da ordem de trabalhos - o presente ponto da ordem de trabalhos - **2. Modificações Orçamentais: 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2009 e 3. Modificações Orçamentais: 2ª Revisão ao Orçamento de 2009** posto a votação, separadamente, tendo ambos sido **aprovados por unanimidade**.-----

----- **4. 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a explicar que na sequência da assinatura do contrato de execução que define as condições de transferência para o Município de Porto de Mós, das atribuições a que se referem as alínea a), c) e d) do artigo 2º do Decreto Lei nº 144/2008 de 28 de Julho – transferência de competências para os municípios em matéria de educação - torna-se necessário proceder à alteração do mapa de pessoal, no sentido da inclusão no mesmo, do pessoal não docente transferido para o município.-----

-----**Rita Isabel da Silva Pereira (PS):**-----

-----Usando da palavra passou a referir que, na sequência de alteração deste mapa de pessoal e da transferência das competências para o Município de Porto de Mós, no que respeita à gestão do pessoal do ensino básico e pré-escolar, ser necessário informar estas pessoas que constam deste mapa a vermelho, formalmente, da sua situação jurídico-funcional, actual. Continuou dizendo que a Câmara passou, desde 1 de Março a deter competências a nível de recrutamento, afectação,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

colocação, remuneração, avaliação de desempenho e poder disciplinar, sendo certo que a maior parte das pessoas afectadas, não têm conhecimento desses factos. Depois passou a questionar, face ao mapa de pessoal presente, qual a competência que o Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas de Porto de Mós, relativamente à gestão do pessoal não docente. Disse que essa questão deveria ser bem clarificada e definida, para que não surjam alguns procedimentos menos correctos.

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS):**-----

-----Disse concordar com as palavras da anterior interveniente acrescentando que o que se vai aqui aprovar é a integração daquelas pessoas nos quadros do município e não a relação jurídica de emprego dessas pessoas. Passou depois a questionar os membros do executivo perguntando como é que o município irá avaliar o pessoal não docente e também, saber em que termos é que é possível a Presidente do Conselho Directivo, fazer nomeações de pessoal, quando isso seria da exclusiva competência do senhor Presidente da Câmara ou de alguém em quem ele delegasse. ---

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Usando da palavra, perguntou, qual a situação em que ficam as tarefeiras que tem sido pagas pelas Juntas de freguesia, compensando-as depois a Câmara Municipal. -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder a **Rita Pereira** e a **Antonieta Mariano**, dizendo que o município recebeu das escolas documentação com o regime a que aquele pessoal ficará afecto, frisando que só em Maio o sistema informático das escolas estará alterado, altura em que será feita a respectiva correcção. Quanto à afectação, o acordo que existe entre o município e a DREC é no sentido de que não poderá haver mobilidade no prazo de dois anos. Quanto à gestão do pessoal não docente é responsabilidade da Câmara Municipal assim como o poder disciplinar, uma vez que estão sob tutela do Município. A avaliação também é da responsabilidade da Câmara Municipal podendo no entanto essa competência ser delegada em responsáveis da escola.

-----Relativamente à nomeação de pessoal, disse ser competência da Câmara sujeito a concurso.

-----No que respeita à questão das tarefeiras, aqui levantada por **Carlos Venda**, disse que não estão aqui abrangidas, por estarem sujeitas a outro regime, não fazendo parte dos quadros do Ministério.

-----Não havendo mais intervenções, foi este ponto da ordem de trabalhos posto a votação – **1ª Alteração ao Mapa de Pessoal** – tendo mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

-----**5. Pedido de Declaração de Interesse Público Municipal do Projecto de Ampliação da Pedreira nº 4031, denominada “Penedo Grande nº 3”:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que existe um lapso na ordem de trabalhos, pedindo ao senhor Presidente da Mesa, para, se possível se corrigir, porque o que se pretende é que seja declarado interesse municipal e não de interesse publico municipal, que são coisas diferentes. Assim, disse, o que se pretende é que apenas se declare de interesse municipal o projecto de ampliação da Pedreira nº 4031, denominada “Penedo Grande nº 3”. Passou depois a referir que neste momento, a área da pedreira que está aprovada, está esgotada, precisando de ser ampliada, tendo inclusivamente já sido esgotada a área que estava prevista em PDM e para alterar esta situação, principalmente porque se está falar de uma zona situada em Reserva Ecológica Nacional, é necessário que a Assembleia emita esta declaração, para que a empresa possa legalizar a ampliação pretendida sob pena de poder vir a fechar, com inevitáveis consequências para o seu quadro de pessoal.

-----O senhor Presidente da Assembleia propôs a alteração do ponto 5 da ordem de trabalhos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ao plenário, eliminando "...Público..." e ficando com a redacção definitiva de "**Pedido de Declaração de Interesse Municipal do Projecto de Ampliação da Pedreira nº 4031, denominada "Penedo Grande nº 3"**". Não tendo havido qualquer oposição, considerou-se assim alterada a redacção deste ponto da ordem de trabalhos.

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Começou por pedir ao senhor Presidente da Câmara esclarecimentos entre o interesse publico e o interesse publico municipal, porque se se reparar no requerimento do interessado este faz menção a interesse publico municipal, tendo o senhor Presidente da Assembleia intervindo para dizer que não obstante isso, a Câmara deliberou pelo interesse municipal e não pelo interesse publico municipal pelo que não faz sentido estar aqui a debater o assunto.

-----Continuando, **António Pires** disse não haver duvida que este pedido numa altura de crise como a que se atravessa, ficará satisfeito por esta aprovação vir a contribuir para a salvação da empresa, referindo no entanto que não lhe parece muito correcto ser a Assembleia Municipal a ter de ajudar a torneir a lei acrescentando porém, que não tem nada contra desde que seja para viabilização da empresa.

-----Fazendo depois menção ao PDM, dizendo que agora com a revisão do plano e se houver aqui alguma interferência por parte deste, será a altura própria para se debruçarem sobre o assunto.

-----**Maria Antonieta Girão Fereiro Mariano (CDS/PP):**-----

-----Concordou que nesta altura tão problemática para o país e para o concelho era importante viabilizar-se esta empresa. Referiu depois que esta era a prova de que o senhor Presidente da Câmara sempre se preocupou com a situação das pedreiras, lembrando que já no anterior mandato, se recorreu a esta solução para torneir situações em prol de empresários sem que tivesse havido advertências por parte de membros desta Assembleia, pelo que, disse, achar estranho que, agora, sempre que situações destas vêm à Assembleia Municipal, haja membros desta Assembleia que as façam. Disse ainda querer realçar que mesmo no anterior mandato, quando o actual Presidente da Câmara era o Vice-presidente manifestava uma grande preocupação com os empresários das pedreiras.

-----O senhor Presidente da Câmara referiu que independentemente da ideologia que cada um tenha, não há nesta sala ninguém que seja contra qualquer empresa deste concelho. Continuou dizendo que a Câmara entendeu que considerar interesse público municipal era exagerado, pelo que em reunião de Câmara foi deliberado declarar apenas o interesse municipal. Disse ainda que esta declaração é da competência da Assembleia, fazendo ainda menção à Lei da REN e à excepção que permite a desafecção desde que haja interesse público.

-----Passou-se depois à votação do ponto 5 da ordem de trabalhos – "**Pedido de Declaração de Interesse Municipal do Projecto de Ampliação da Pedreira nº 4031, denominada "Penedo Grande nº 3"**" – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

-----**6. Pedido Declaração Interesse Público para Instalação de Infra – estruturas de suporte de estação de radiocomunicações denominada BTS de Juncal (02.BL.022) no lugar de Eiras Novas, Freguesia do Juncal:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara esclareceu que se trata de uma situação semelhante à anterior, só que é referente a uma antena de radiocomunicações, que foi instalada sem que estivesse devidamente licenciada tendo por isso sido objecto de instauração de um processo de contra-ordenação. Nesta altura a entidade instaladora está a procurar licenciar a torre instalada e para isso é necessária a declaração de interesse publico emitida pela Assembleia Municipal, de forma a que esse terreno seja desafectado da RAN.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**António Manuel Pedroso do Rosário (PSD):**-----

-----Usou da palavra para perguntar se o terreno em que a dita torre está instalada pertence à Câmara, à Junta de Freguesia ou se é propriedade privada, referindo que essa seria uma boa fonte de receita, tanto para a Junta como para a Câmara.-----

-----**João Manuel Rodrigues Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal – PSD):**-----

-----Manifestou o seu contentamento com a legalização desta situação, atendendo à necessidade de rede para telemóveis na sua freguesia, acrescentando que aquela se situa nem terreno privado.-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo que as antenas são colocadas em função de medições que efectuam e que efectivamente o terreno em que está instalada é privado.-----

-----Posto a votação foi o presente ponto da ordem de trabalhos – **Pedido Declaração Interesse Público para Instalação de Infra – estruturas de suporte de estação de radiocomunicações denominada BTS de Juncal (02.BL.022) no lugar de Eiras Novas, Freguesia do Juncal – aprovado por unanimidade.**-----

-----**7. Estatuto da Oposição – Relatório de Avaliação do Grau de Observância (Artigo 10º da Lei nº 24/98, de 26 de Maio):**-----

-----Dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara, este comentou a exigência do artigo 10º da Lei 24/98 de 26 de Maio, que prevê que se dê conhecimento da actividade municipal e conhecimento prévio da proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento aos partidos da oposição, antes da respectiva aprovação nos órgãos próprios, tendo este reunido com o membro eleito pelo CDS/PP, para a Assembleia Municipal, dado este partido não estar representado no executivo e o Partido Social Democrata teve acesso às propostas das Grandes Opções do Plano e Orçamento com a antecedência necessária à sua análise, tendo sido aprovadas em reunião do executivo e tendo este deliberado submeter os documentos acima mencionados à aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----Não tendo havido inscrições, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

-----**8. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara fez uma breve referencia aos trabalhos executados pela Câmara Municipal no período que mediou entre esta sessão e a anterior, tendo oportunamente distribuído documento escrito a todos os membros da Assembleia Municipal, que fica devidamente arquivado nestes serviços administrativos.-----

-----Referiu depois que foram concluídos os projectos base do IC9 Chão da Feira/Fátima e foi concluído também o projecto da chamada variante da Batalha ao IC2. Ainda, referindo-se à primeira, disse que segundo informações que tem do Governo, será uma obra para avançar muito rapidamente.-----

-----Quanto à Ponte de Rio Alcaide, disse que o estudo prévio já foi apresentado, estando também em fase de adjudicação três estradas extremamente importantes para o concelho – estrada da Charneca, estrada que liga Mendiga a S. Bento e estrada da Barrenta.-----

-----Quanto à indústria e energia e por força de um diálogo com a EDP encetado há algum tempo, foi iniciado o reforço de energia eléctrica sendo uma obra que está a avançar no terreno. Estão também a ser feitas remodelações de iluminação pública na Ribeira de Baixo e estão a ser colocados PT's em Alqueidão da Serra, S. Bento e Tremoceira – Pedreiras. Disse ainda que correu o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

boato que a Câmara teria gasto cinquenta mil euros a mudar as linhas de média tensão do Campo de Futebol, esclarecendo que essas linhas foram mudadas a custo zero para o Município, como ainda a EDP aproveitou a remodelação para reforçar os PT's, nomeadamente aquele que fica junto ao Centro de Saúde.

-----Está em preparação a 3ª fase da Zona Industrial de Porto de Mós, que é a que vai ligar a estrada existente à EN1, estando a mesma contratualizada para ser apoiada pelo QREN.

-----Referiu-se depois á obra de Abastecimento de Água aos Penedos Belos que está a concurso bem como ao reforço do abastecimento de água à zona alta do Juncal que está em fase de adjudicação.

-----Continuou depois a enunciar com os vários trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos pelo Município e que constam da informação previamente distribuída aos membros da assembleia.

-----Referiu-se depois à aprovação do documento de enquadramento estratégico que foi elaborado pelos serviços da Câmara, sendo esta a única Câmara que tem este documento aprovado pelo INAG e que é importante para efeitos de candidaturas ao Plano Operacional de Valorização do Território.

-----Continuou dizendo que está a concurso o saneamento básico de Mira de Aire bem como está em preparação o saneamento de Chão da Feira à Calvaria de Cima, estimando-se esta ultima em novecentos mil euros.

-----Disse ainda que avançaria para concurso na segunda-feira, o Parque Verde da Vila, já corrigido e com todos os pareceres favoráveis. Também a Ecovia tem o projecto pronto, estimando-se que irá ser posta a concurso muito em breve, sendo que ambas serão apoiadas pelo QREN.

-----Fez ainda menção ao problema do nemátodo manifestando a sua preocupação relativamente a este assunto, referindo que está no local uma equipa de sapadores florestais a dar apoio aos proprietários.

-----Referindo-se à educação, disse que será publicada brevemente uma brochura de banda desenhada com a história de Porto de Mós, especialmente dirigida aos alunos do 1ºciclo.

-----Referindo-se depois ao Bairro dos Pobres em Mira de Aire, referiu que tinha agendada uma reunião com o INH, sobre esta questão, pois tratam-se de doze casas estando dez delas habitadas, duas desabitadas mas todas elas muito degradadas.

-----Salientou depois a criação da unidade móvel de saúde, para dar apoio aos mais idosos, que no seu dia a dia, não tenha hipótese de se deslocar ao médico.

-----**Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD):**

-----Referiu-se às afirmações de Antonieta Mariano no que se refere ao parque de camiões TIR, na entrada da vila, frisando uma outra entrada no concelho, de que vem pela A8, que a primeira coisa que encontra é uma rotunda no Juncal, que está completamente abandonada, perguntando ao senhor Presidente da Câmara se existe intenção de nela se intervir. Disse ainda verificar com mágoa que os passeios que foram prometidos para a Cumeira, não irão ser executados durante este mandato. Referiu-se ainda aos assaltos que foram perpetrados na zona industrial de Porto de Mós perguntando se a Câmara fez alguma coisa relativamente à segurança daquela zona. Perguntou depois se existe na Câmara algum professor que dê aulas de ginástica a jovens e/ou idosos.

-----**António Pedro Porto Ribeiro Marques da Costa (PS):**

-----Usou da palavra para perguntar ao senhor Presidente da Câmara sobre a pintura das

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pavimentações em Alvados uma vez que ainda não estão executadas. Perguntou depois, da possibilidade de criação de um espaço de lazer para as crianças, junto das Grutas de Mira de Aire, dada dinâmica ali criada com os animais ali existente e que despertam a curiosidade das crianças. Acrescentou ainda que haverá por parte das Grutas, disponibilidade para cedência do espaço para a criação dessa infra-estrutura. -----

-----**Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP):**-----

-----Começou por dizer, à semelhança do que disse um gestor importante do nosso país que, é preciso produzir pensamentos estratégicos, acrescentando que daquilo que leu na informação distribuída, o município de Porto de Mós está a produzir pensamentos estratégicos, passando a enunciar alguns, nomeadamente o estágio de natação de jovens portadores de trissomia, dizendo agradecer-lhe porque também na diferença o Município se está a pautar por uma acção social. Alertou depois o senhor Presidente da Câmara para se continuar muito mal relativamente às acessibilidades para pessoas portadoras de deficiência, não havendo passeios rebaixados.-----

-----Referindo-se depois ao espaço jovem, perguntou quando é que seria mobilado dizendo que daquilo que viu está excelente. Quanto à CERCILEI, disse ser uma obra fantástica e uma obra de empenhamento pessoal do senhor Presidente da Câmara que fez questão de trazer para Porto de Mós esta instituição. Acrescentou ainda que estas, são duas obras que orgulham este mandato, pelo que deverão ser inauguradas com pompa e circunstância. -----

-----**António Manuel Pedroso do Rosário (PSD):**-----

-----Fez referência às palavras do senhor Presidente da Câmara quando ele disse que as linhas de média tensão sobre o campo do futebol, foram retiradas a custo zero para o município, dizendo que este também poderia agora estar aqui a gabar-se de ter conseguido a variante à vila de Porto de Mós e às curvas do Livramento a custo zero, se não se tem abandonado aquele projecto, que esse sim era um projecto estruturante para o concelho. Falou depois sobre a entrevista que o Presidente da Câmara deu ao Portomosense e sobre o desprezo com que este trata as freguesias de Alvados e Alcaria pelo facto de haver obras que estavam aprovadas pelo PRAUD para aquelas freguesias e que não foram realizadas, dizendo textualmente que (sic) "...Alvados não merece esse investimento...". Continuando, disse que Alvados e Alcaria merecem, sendo certo que são sítios onde os investidores privados estão a investir em tudo o que se relacione com turismo de natureza. Perguntou depois em que situação está a Quinta Pedagógica, em Alcaria, cujo processo tem estado parado. Perguntou depois sobre a Ecovia, se aquele espaço era ou não privado. -----

-----**António José Meneses Teixeira (PS):**-----

-----Começou por referir que sendo o senhor Presidente da Câmara o responsável pela Protecção Civil, em que ponto se encontram os Planos de Emergência Municipal, de forma que se acontecesse uma catástrofe como aconteceu em Áquila, qual seria o grau de resposta do Município de Porto de Mós a esse evento, ou seja, se há de facto uma articulação entre os bombeiros e o Instituto de Geofísica Nacional, e por ultimo, se tem havido ou não, por parte das escolas a nível do concelho, algum plano deste tipo e se está homologado ou não, e se tem havido alguma prevenção para esse tipo de catástrofe natural. Perguntou por ultimo, se isso se passasse aqui, se acataria o conselho dos técnicos de que aquilo iria acontecer naquele lugar e àquela hora.-----

-----**Carlos Alberto Gomes Jorge (PSD):**-----

-----Começou por fazer uma pequena intervenção na "língua" da sua terra, ou seja, no calão usado há anos em Mira de Aire e que nesta altura se está a perder. Depois disse registar com agrado que a Câmara está muito atenta àquilo que se está a passar no Bairro dos Pobres, pois é uma obra há muito falada, esperando que havendo por parte da Câmara vontade, seja agora iniciada. Relembrou ao senhor Presidente da Câmara o parque de caravanas que Mira de Aire merece, sendo extremamente fácil a sua execução.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**António Manuel de Sousa Pires (PSD):**-----

-----Começou por referir que regista com agrado que, como no passado a capacidade de endividamento da Câmara é elevada, fazendo votos para que seja suficiente para os investimentos que o senhor Presidente há pouco referiu.-----

-----Referiu-se depois à questão da legalização do CCR da Fonte do Oleiro porque em Agosto a EDP corta a luz se isso não estiver legalizado. Outra questão a que se referiu foi ao desvio da estrada da Fonte dos Marcos, dizendo que gostaria que o senhor Presidente se debruçasse sobre aquele assunto. Relativamente aos processos judiciais elencados na informação distribuída, pediu esclarecimentos, quanto ao primeiro, dado que ali se refere uma desistência da queixa, mediante pedido de desculpas publicas perguntando quem é que tem que pedir desculpas a quem e sobre quê.-----

-----**Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----Disse que queria apenas fazer um esclarecimento a toda a Assembleia, uma vez que o senhor Vice-Presidente falou do Centro de Saúde de Serro Ventoso, referindo que o encargo que a freguesia de Serro Ventoso tem com o Centro de Saúde, representa 9% das despesas de capital, havendo cerca de 90% de despesas de capital disponíveis.-----

-----Respondendo a **Luís Almeida**, o senhor Presidente da Câmara disse que o problema com o estacionamento dos camiões na entrada da vila é preocupante e não é fácil de resolver, porque não se podem espalhar pela vila estando a ser pensado um outro local de estacionamento. Disse ainda que o problema que se coloca no dia a dia, são os assaltos, sendo com alguma frequência que aparecem as lonas cortadas. Dirigindo-se ainda a Luís Almeida, disse que a primeira coisa que se encontra no concelho quando se sai da A8, não é a rotunda, mas sim o abatimento que a estrada tem e é isso que o preocupa. Acrescentou depois que a rotunda também é uma situação preocupante mas deverá ser a Junta a resolver o problema, disponibilizando-se no entanto a Câmara para prestar apoio. Quanto aos passeios da Cumeira, disse que existe um projecto em que as Estradas de Portugal se comprometiam a requalificar a EN 8, incluindo os passeios naquela zona. Quanto aos assaltos que se têm vindo a verificar disse ser uma situação que nos preocupa a todos, mas que as autoridades policiais estão a fazer o seu trabalho. Quanto a professores de ginástica disse que a Câmara apenas tem professores no âmbito das AEC's e também de nataçao nas Piscinas Municipais.-----

-----A **Marques da Costa** respondeu, quanto à pintura da estrada que está um pouco atrasada, esperando-se tempo seco para se proceder aos trabalhos.-----

-----Quanto ao espaço infantil junto das grutas, disse ser uma boa ideia, mas que terá que passar por uma reunião com a administração das Grutas, a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal.-----

-----Continuando disse que a unidade móvel de saúde está em fase de aquisição, sendo um compromisso que tem assumido com a senhora Delegada de Saúde, no sentido de equipar o Posto Médico com este equipamento, porque é importante levar aos recantos do concelho médicos e sobretudo enfermeiros às pessoas que estão isoladas, estimando em dois meses o prazo de entrega.-----

-----Concordou com **Antonieta Mariano** quanto à necessidade de acessibilidades, porque não obstante terem sido feitas algumas adaptações ocasionalmente, ainda muito há para fazer.-----

-----Quanto ao Espaço Jovem disse que seria inaugurado em Maio porque ainda há alguns arranjos a fazer. No que se refere à CERCILEI, agradeceu as suas palavras, dizendo que se trata efectivamente de uma obra que deve orgulhar todos os portomosenses, principalmente tendo em conta o fim a que se destina. Referindo-se depois á Praça do Município, disse que aquela ainda

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não foi inaugurada formalmente, tendo-se apenas procedido ao concurso dos brasões, esperando poder fazê-lo dentro de pouco tempo.

-----A **António Pedroso**, o senhor Presidente respondeu que existe luz verde por parte do Governo, relativamente ao IC9, ficando às portas de Porto de Mós dois acessos excelentes, um deles perto da zona industrial de Porto de Mós, o que muito vai valorizar o concelho.

-----Quanto às palavras de **António Pedroso** sobre a sua entrevista ao Portomosense, respondeu que há que fazer escolhas porque o dinheiro não chega para tudo e nesta altura, optou-se por investir na recuperação da Central termoelétrica, porque se não for agora objecto de intervenção com o apoio dos fundos comunitários, nunca mais será intervencionada porque só a Câmara por si, não tem capacidade financeira para tal.

-----No que refere à Quinta Pedagógica, disse que a mesma está embargada pelo ICN, estando a situação em Tribunal. Quanto à Ecovia respondeu que se trata de um caminho público.

-----A **António José Teixeira**, respondeu que está em curso o Plano Municipal de Emergência que preverá todas estas situações.

-----A **Carlos Jorge** disse que no programa PRODER estão previstas verbas para publicação de um dicionário pelo que será uma ideia a amadurecer, achando importante que não se perca essa linguagem.

-----Referindo-se depois ao Bairro dos Pobres, disse que se trata de uma situação degradante para quem lá vive e também para a Junta de Freguesia e Executivo Municipal e embora dizendo que não irá ser fácil, se estão a pensar soluções para resolver a situação, sendo necessário primeiro fazer o diagnóstico.

-----Quanto ao Parque de caravanismo disse que estão a ser dados passos nesse sentido, salientando que o assunto não está esquecido.

-----Quanto a **António Pires** disse que este até concorda com o endividamento desde que seja para ir buscar fundos comunitários fazendo uma breve referencia ao saneamento básico que é necessário realizar no concelho para que se atinjam as percentagens exigidas .

-----Quanto aos pedidos de desculpas a que o anterior interveniente se referiu, esclareceu que se trata de um processo que vem do anterior mandato e em que alguém acusou a Câmara de ilegalidades caluniando esta entidade e os seus membros, razão pela qual a Câmara moveu um processo em tribunal contra essa pessoa. Entretanto a advogada do réu pediu um acordo que se traduzia num pedido de desculpas formal.

PERIODO DO PUBLICO:

Manuel Ferraria Alves (S. Bento):

-----Usando da palavra, referiu que S. Bento é uma freguesia dispersa, carenciada de meios de transporte, envelhecida e apenas com uma médica um dia ou dia e meio por mês o que definitivamente é muito pouco para as necessidades da população, pedindo que se solucione esta situação.

Nelson Martins:

-----Pedi alguns esclarecimentos relativamente a alguns ajustes directos efectuados pela Câmara Municipal de Porto de Mós, a que teve acesso.

-----O Senhor Presidente da Câmara respondeu ao primeiro interveniente, dizendo que partilha a sua preocupação, dizendo que se está a tentar melhorar esse serviço com a nova entidade

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

regional.-----

-----A **Nelson Martins** disse que louva o seu trabalho de pesquisa, mas que compreenderá que é competência do Presidente da Câmara a faculdade de fazer alguns ajustes directos em função dos valores que estejam em causa.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, e antes de passar à votação das minutas das deliberações, e porque já se estava no dia 25 de Abril, passou a fazer um pequeno registo sobre a efeméride lendo o relato do principal responsável pelo 25 de Abril – Otelo Saraiva de Carvalho – sobre como é que se programa uma revolução em Portugal. -----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações **1. Apreciação do Inventário de todos os Bens, Direitos Patrimoniais e Respectiva Avaliação, Bem como Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas relativamente ao ano 2008; 2. Modificações Orçamentais: 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2009; 3. Modificações Orçamentais: 2ª Revisão ao Orçamento de 2009; 4. 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal; 5. Pedido de Declaração de Interesse Municipal do Projecto de Ampliação da Pedreira nº 4031, denominada “Penedo Grande nº 3”; 6. Pedido Declaração Interesse Público para Instalação de Infra – estruturas de suporte de estação de radiocomunicações denominada BTS de Juncal (02.BL.022) no lugar de Eiras Novas, Freguesia do Juncal**, tendo estas sido submetidas a votação e **aprovadas por unanimidade.** -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 01.15 horas do dia 25 de Abril e para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada. -----

